



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 52

Sessão Ordinária de fevereiro

3.ª Reunião de 14-03-2012

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e da Vogal Maria João Moreira Dinis, na qualidade de Segunda Secretária, com a presença dos Vogais, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, António José Mila Canhoto, Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Catarina Marques da Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Adélio Correia Marques Silva, Raúl Ventura Martins, Anabela de Almeida Saraiva, Pedro Machado Pires da Rosa, João Condinho Vargas, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Oscar Moreira Paulo, Rui Miguel Bartolomeu maio, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.⁰⁰¹

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Sesnando Alves dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, e Manuel Vieira dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), e Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e dos vogais Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Elisabete Krithinas de Freitas, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Paulo Jorge teixeira de Jesus, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, António José Mila Canhoto, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela de Almeida Saraiva, João Condinho Vargas, Rui Miguel Bartolomeu maio e António Manuel Santos Salavessa, respetivamente.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião, por Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Catarina Marques Rocha Barreto, Emília Cristina da

Cunha Gonçalves, Adélio Correia Marques da Silva, e António Oscar Moreira Paulo, respetivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Vítor Manuel Marques Gonçalves, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo e Castro Silva Pinheiro, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nélson Ricardo Esteves Peralta, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 4. – 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO – APRECIÇÃO.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/02/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe e das explicações pertinentes.

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro a apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁰⁵

“Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Sr. Presidente da Mesa. Caros Deputados Municipais. Eu julgo que já têm este documento há algum tempo. Poderão tê-lo estudado com pormenor. Nós tentamos sempre melhorar um documento que é complexo. Não existe nenhuma fórmula para o mesmo, mas tentamos sempre reportar o máximo de informação que conseguimos no sentido de mostrar o que foi feito em relação às medidas do Plano de Saneamento Financeiro e em que é que elas estão a resultar em concreto.

Dava a nota para a questão do endividamento líquido do município, em que há uma clara melhoria em relação àquilo que era o passado e que é um dos pontos importantes.

Pensamos que, no essencial, o objetivo do Saneamento Financeiro é corresponder àquilo que está na lei — é corresponder à redução do endividamento líquido para os montantes permitidos pela lei. Parece-nos que esse é o caminho e julgo que está demonstrado que estamos a fazer esse trajeto com sucesso. Em relação a pontos particulares do próprio documento estou à vossa disposição para aquilo que entenderem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Tendo registado o extraordinário entusiasmo da intervenção do Sr. Vereador na apresentação deste relatório plano de saneamento financeiro, de execução do plano de saneamento financeiro, fico a aguardar o entusiasmo com que as bancadas da maioria irão apoiar este relatório, reservando o tempo para a segunda intervenção.”

Vogal Rui maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Muito obrigado Sr. Presidente. Queria começar por cumprimentar todos os presentes. E queria começar também por dizer, fazendo uma espécie de balanço, que este relatório que temos hoje para apreciação marca três anos de execução do Plano de Saneamento Financeiro. É o sexto relatório, eles são semestrais, e convém lembrar que em novembro de dois mil e oito o Tribunal de Contas dava o visto ao pedido de empréstimo de cinquenta e oito milhões. Em dezembro de dois mil e onze, portanto ainda há bastante pouco tempo, o mesmo Tribunal de Contas, no seu relatório preliminar, que agora já temos acesso à versão final, criticava a ausência de procedimentos para acompanhar e controlar-se. Na prática saber se os resultados estavam ou não a serem alcançados. Sendo que esta informação que vem do Tribunal de Contas à partida é verdadeira, então, se calhar, por mais relatórios de acompanhamento que andemos aqui a analisar e que sejam apresentados, a Assembleia continua a não dispor dos meios para saber qual é a real situação financeira do Executivo. Diria eu.

Mas se analisarmos este relatório de acompanhamento, este sexto relatório, vemos entre outras coisas que houve uma redução do número de colaboradores; vemos que houve redução dos custos com as telecomunicações; que houve reduções dos custos com os correios; nos custos com os seguros. E, portanto, temos um conjunto de rubricas que no cômputo geral daquilo que é, depois, a situação financeira da Autarquia não é significativo.

Não é significativo porque estamos a falar de valores muito pequenos em relação ao valor total do “bolo todo”, digamos assim. E isto no que diz respeito à dívida de curto prazo, e que eu já vou voltar a ela novamente.

Queria só deixar aqui uma reflexão em torno daquilo que o relatório apresenta sobre a dívida a médio e a longo prazo. Continuamos mais uma vez sem saber mais nada daquilo que tinha sido acrescentado. Aliás, podemos verificar no quinto relatório, no quarto, no terceiro e no segundo, nunca é dada nenhuma informação, ou é dada muito pouca informação, acerca da dívida a médio e longo prazo. Obviamente que aqui estamos a tratar da dívida a curto prazo, mas ao fim de três anos eu queria perguntar se a Câmara tem alguma informação para dar a esta Assembleia acerca da dívida a médio e a longo prazo. Alguma previsão que se possa fazer.

E esta minha pergunta tem a ver com o facto de também termos ficado a saber há relativamente pouco tempo que Aveiro é o terceiro município do país que tem mais endividamento. Em dois mil e dez fechou o ano com cento e sessenta milhões de euros de endividamento. Se atendermos ao período entre dois mil e seis e dois mil e dez, houve um aumento deste endividamento de trinta e dois por cento. Obviamente que estamos agora em dois mil e doze e terá havido um ano de intervalo. Mas estes são os dados, para além das previsões que vêm também neste relatório que a Câmara agora divulga, mas que são previsões e o próprio relatório reconhece isso, para além dessa previsões não temos mais nada.

Só para termos uma ideia de quanto é que estes cento e sessenta milhões de endividamento representam, podíamos dizer que a dívida municipal, por cada aveirense, cresceu de mil seiscentos e sete euros, em dois mil e seis, para quatro mil euros, em dois mil e dez. E portanto, as grandes medidas ou as medidas de maior expressão financeira que o Plano de Saneamento Financeiro tem ainda continuam por serem adotadas.

E quanto à grande prioridade, da dívida a curto prazo, em três anos, entre dois mil e oito e dois mil e onze, dos cinquenta milhões de euros do empréstimo, pelos vistos agora já só estão em dívida quarenta e um milhões, pelo menos é isso que diz o relatório, mas estes três anos foram só pagamentos de juros. E atenção que a partir de agora, a partir desta altura, é que vai começar a ser feita a amortização da dívida.

Todos sabemos que a principal receita que está prevista no Plano de Saneamento Financeiro é a concessão do estádio. E aqui também já todos sabemos, estamos fartinhos de saber, que o valor apontado, para o estádio, de sessenta e cinco milhões de euros não é, minimamente,

realista. Este valor do Estádio é irrealista, e diria eu até que é irreal mesmo, não vai acontecer, este plano de saneamento torna-se, porque esta é a maior verba, também irreal. Não é possível cumprir tal e qual como está previsto.

E, portanto, mais uma vez, o que o Bloco de Esquerda quer aqui deixar é muito claro. É deixar aqui um apelo para que este Plano de Saneamento seja alterado. Seja alterado de maneira a deixá-lo próximo da realidade, e aproximado da realidade, e que ao mesmo tempo responda também em relação às necessidades do município e dos aveirenses.

Queria só deixar uma pergunta final que tem a ver com o fim do período de empréstimo. Ou seja, em dois mil e vinte, quando terminarem os doze anos do empréstimo, em que condições é que poderão estar nessa altura as dívidas de curto, de médio, e de longo prazo, desta autarquia? Obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Maria Celina Capão Lourenço França Alves)

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Boa noite a todos. É claro que já deu para perceber que o ponto-chave deste documento será, quase que apostaria, ou terá o seu centro na questão do endividamento. É claro que é o ponto fulcral desta questão, no meio de tantos outros pontos que são aqui apresentados pela Câmara. E certamente que a Câmara não é alheia a essas questões que estão relacionadas com o endividamento. A Câmara certamente que sabe o que pretende fazer, sabe o que pretende para Aveiro, e sabe que há compromissos que têm de ser assumidos, e sabe que, ao mesmo tempo, a tendência da diminuição da dívida tem de ser algo fundamental. Mas para mim, mais importante que a redução da dívida, primeiro que a redução da dívida, estão os compromissos assumidos pela autarquia. Compromissos assumidos com credores, entidades, empresas que têm empregados e que têm outros compromissos e que têm credores. E esta Câmara, neste relatório, tem demonstrado, ou demonstrou, que é uma das grandes preocupações. Esta é a primeira nota que eu queria deixar.

Uma segunda nota é que o próprio documento ressalva um possível reajustamento, uma possível reestruturação, relativamente a alguns pontos, que poderá acontecer fruto das condicionantes económicas globais que todos nós conhecemos. É normal, e acho que se tiver que ser feito que seja feito. Afinal de contas, temos alguns exemplos, em termos nacionais, como o caso do Parque escolar, como o caso do QREN, como o caso agora da questão da EDP. São situações que vão surgindo e que certamente precisam alguns reajustamentos. Penso que se é nesse sentido que a Câmara está a trabalhar, se o tiver que fazer, será com toda a certeza uma boa decisão.

E, para já, queria dizer que esta Câmara tem todo o direito e legitimidade de assumir determinados objetivos e esses objetivos vão certamente ser cumpridos. Mas, para além desses objetivos, como pano de fundo, haverá sempre a questão de honrar os seus compromissos com os credores. Disse.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹¹

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ex.ma Câmara. Volvidos três anos da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro a realidade tem vindo a dar razão às críticas e às notas aqui deixadas, sucessivamente, pelo Partido Socialista, assim como também no âmbito da Câmara Municipal. E o Plano de Saneamento Financeiro, do nosso ponto de vista, revelou-se, e revela-se, uma

oportunidade perdida por parte da Câmara Municipal no sentido de debelar o problema financeiro, e também económico, com que a Autarquia se depara. E nestes três anos, no sexto relatório que é aqui apresentado à Assembleia Municipal, as críticas, inevitavelmente, ter-se-ão de repetir uma vez que a Câmara, do nosso ponto de vista, não terá feito todo o esforço necessário para tentar melhorar, primeiro, o documento, e segundo, a substância do documento.

Ou seja, não temos a perceção de que o conjunto alargado das medidas propostas no plano de saneamento financeiro tenham resultado. Muitas delas, do nosso ponto de vista, porque a informação falha, nem sequer têm, ou não espelham nenhuma realidade porque não foram implementadas.

Donde, entendemos que o espírito que preside à realização e à elaboração destes relatórios faz-se por uma forma do mero cumprimento de uma obrigação legal e, portanto, é para cumprir essa imposição que é feito, não há uma forma construtiva de realização deste documento.

Por outro lado o documento continua sem um fio condutor. É um repositório de valores parcelares dos vários serviços em que não há a preocupação de o coser e não se depreende qual é a forma, uma forma que deveria ter sido adotada, que deveria ter sido contínua ao longo destes seis documentos. Por isso, de algum modo se torna incoerente, e é revelador do nosso ponto de vista, de fraco zelo de informação para esta assembleia, uma vez que se muitas das medidas nem sequer estão quantificadas, a maior parte delas que estão, a Assembleia não consegue ter uma perspetiva cumulativa, não consegue ter uma perspetiva histórica da evolução de implementação dessas medidas.

Ou seja, nós estamos sempre a partir do zero nesta análise. Nós não temos a perspetiva do primeiro, do segundo, do terceiro. Não há um acumular de informação que nos possa dar alguma coerência para a absorção do impacto que essas medidas têm na organização da Câmara Municipal.

Por outro lado, há uma outra preocupação que tem a ver com o facto da leitura do relatório não se vislumbrar o cumprimento dos ajustamentos propostos pelo Tribunal de Contas. E isso, para nós, é uma preocupação até em face das últimas notícias e dos últimos relatórios que têm vindo desse Tribunal e que, do nosso ponto de vista, mereceriam da parte da Câmara um outro cuidado.

Mas o que deve ser verdadeiramente o ponto central da discussão em volta do plano de saneamento financeiro, e estamos a fazê-lo porque, mais uma vez, é uma imposição da lei estarmos aqui a discutir o relatório, mas o que seria verdadeiramente importante era podermos analisar a revisão do Plano de Saneamento Financeiro. Isso já a Câmara disse que estaria a trabalhar nisso. Do nosso ponto de vista esse processo, inexplicavelmente, anda a passo de caracol e isso penaliza de sobremaneira o facto da Câmara estar a trabalhar sobre um Plano de Saneamento Financeiro completamente irreal.

Aliás, já aqui foi dada nota disso. De muitas das medidas que lá vêm inscritas, sobretudo aquelas mais volumosas que tinham a ver com a concessão do estádio e o “flop” que foi em relação à previsão da venda das águas — nós estamos a trabalhar sobre um documento que é irreal. Donde se torna imperioso, e o Partido Socialista faz esse apelo à Câmara, que por favor acelere o processo de revisão do plano de saneamento financeiro o quanto antes, e o possa apresentar aos órgãos autárquicos, à Câmara e à Assembleia Municipal, para que ele possa ser discutido e rapidamente implementado.

E esperemos que desta vez com propostas e com medidas realistas e que possam, de facto, inverter o círculo económico que não só não conheceu nenhuma melhoria como, infelizmente, do nosso ponto de vista também se tem agravado nestes últimos tempos.

Por último, que não em último, gostaríamos de fazer uma pergunta muito direta à Câmara que pudesse esclarecer a Assembleia, se já seguiu e se já foi feita a primeira tranche do pagamento da amortização do capital e se não quando é que isso se vai realizar ou operar. Disse”.

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Muito boa noite. Eu gostaria de tecer algumas considerações antes de entrar, propriamente, na análise deste documento que nos foi apresentado para apreciação.

E a primeira tem a ver com o Tribunal de Contas, e que já aqui foi referido por mais que uma vez e também consta de declarações de voto. A questão é esta. O Relatório do Tribunal de Contas, pelo menos eu, recebi-o no dia dez de fevereiro deste ano. Exatamente nesse dia, de acordo com o documento que nos foi apresentado, o Vereador Dr. Pedro Ferreira apresentou a sua proposta do sexto relatório de acompanhamento deste Plano de Saneamento Financeiro. No mesmo dia. Como pretender então que um relatório que nos chega no dia dez, com recomendações perfeitamente legítimas, mas que se reporta a um período que já acabou em dezembro de dois mil e dez? Como fazê-lo incidir num relatório do plano de saneamento financeiro que tem um período que vai de maio a novembro? Expliquem-me. Não é possível. Embora fiquem as recomendações, com certeza. E que serão tidas em devida conta pelo Executivo em relatórios futuros. Esta é a primeira nota da mais elementar justiça.

Há também uma outra questão. Analisando o quinto relatório e cotejando com o sexto relatório, não entendo, a não ser por uma questão de incoerência ou outros motivos de natureza política, nomeadamente tacticismo político, não entendo como é que no anterior as pessoas se abstêm e agora votam contra. O que é que mudou? Quando efetivamente a situação até apresenta sinais de melhoria! O que é que leva o sentido de voto a mudar a não ser, claro, tacticismo político. Estão no seu pleno direito, mas eu também estou no direito de relevar esta matéria, porque eu acho que esta matéria é importante.

Também foi observado, mais uma vez, que se entregou este Relatório fora do prazo. E não é verdade. Não é verdade. Devido ao facto de o Tribunal de Contas ter dado o visto no dia dezassete isto amarra-nos aos dias dezassete. Só que a Contabilidade não se fecha a dezassete. A Contabilidade que me conste fecha-se no dia trinta de cada mês.

E penso que deve ser esse, se não digo na letra, deve ser esse o espírito, porque é aí que efetivamente a Câmara terá os documentos, os instrumentos, contabilísticos necessários para fazer alguma apreciação. Por amor de Deus, eu não estou à espera que a Câmara feche as suas contas ao dia dezassete de modo a encerrar mais um ciclo, para a partir daí, inferir a incidência das ações e das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro na contabilidade da Câmara. Impossível de ser feito? Não é impossível. É muito difícil e penso que poder-se-ia conseguir à custa de meia-dúzia de assessores. O que não é o caso porque estamos em tempo de poupança.

Analisando este relatório e a sua substância, que também já aqui foi criticada, penso que ele está muito mais completo que os anteriores. E tem um quadro que é fundamental e veio complementar o último quadro que foi aqui apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Ferreira.

A única coisa que não está aqui e que eu sugeria — tem umas coisas que eu desde já vi e que não precisam de estar aqui para coisa nenhuma e que estariam mais depressa num relatório de atividades do que num documento deste tipo e desta natureza. Por exemplo, quantos bilhetes vendeu e a quem se alugou as salas, isto e aqueloutro, me parece que é um exercício que não vem para este caso. É uma informação importante, mas é um preciosismo no meu entender. Mas respeito as opções que levaram à sua elaboração. Eu retirava estas partes. Para que é que isto me serve? Quando estou a analisar a execução do Plano de Saneamento Financeiro, para mim não serve para nada. Deve servir para outras pessoas que tenham interesse.

Há, eventualmente, um ou outro mapa que se poderia acrescentar e que de facto já aqui foi dito e que não custa nada assumir, e que é o grau de execução de cada uma dessas medidas, relativamente ao total.

Mas eu gostaria de lembrar que aqui a contabilidade faz-se no fim. Porquê? Porque há um conjunto muito importante de medidas que estão consagradas no Plano inicial, nós já temos aqui rebatido inúmeras vezes face ao desajustamento provocado pela crise nacional e internacional, precisam de ser reavaliadas, precisam de ser estudadas de novo. É verdade. Não há dúvida nenhuma. Há aqui condicionantes externas à ação da própria Câmara que levam a que haja muita prudência quando se faz uma nova previsão. Estou a falar, por exemplo, da alienação de património não dispensável: a venda de uma fábrica da Pinheira, a venda de terrenos ou outras coisas. Inclusivamente até, porque não, ao nível das transferências de competências e transferência de bens do ativo da Câmara para as Juntas de Freguesia. Será este o momento adequado? Deixo aqui o ponto de interrogação, porque os encargos ou estão de um lado ou estão do outro. E se eu entrar em linha de conta com a Lei número oito barra dois mil e doze, que vai definir novos padrões de responsabilidade na assunção de compromissos, meus senhores, eu acho que o Executivo deve ponderar seriamente naquilo que vai fazer. E como para além disso estamos na perspectiva de vir a ser alterada a Lei das Finanças Locais, que é uma exigência de todos os municípios deste país, eu que fui dos primeiros a defender aqui a revisão do Plano de Saneamento Financeiro, se calhar, agora, também sou dos primeiros a dizer que vale a pena aguardar um bocadinho, ver o que é que o Governo vai instituir, nesta matéria, para, a partir daí, pensar melhor de acordo com a legislação que há de entrar em vigor. E esta questão é fulcral, a questão da Lei das Finanças Locais, que, por aquilo que eu já aduzi na minha intervenção, não foi violada a Lei das Finanças Locais, pelo facto de se ter apresentado fora do prazo. Não foi apresentado o relatório fora do prazo. Isto é importante.

Ele foi elaborado um mês depois. E depois, agendamento. Nós só agora o estamos a analisar, mas isso não é culpa do relatório. Nem é culpa do Executivo. Isso são considerações que eu gostava que fossem muito bem expressas, porque não se anda aqui a “encanar a perna à rã”, como se costuma dizer.

Há também aqui algumas declarações de voto contra, que revelam, na minha ótica, uma abordagem meramente formal deste documento. Meramente formal. Porquê? Porque não os vejo a analisar o conteúdo como aqui foi dito, mas apenas dito, não feito. Não vejo a analisar o conteúdo, vejo a analisar, meramente, a substância. E o conteúdo, meus caros amigos, é que há uma redução do endividamento líquido.

E aqui explica-se muito bem o que é que se fez ao dinheiro. O relatório é muito claro nessa matéria. O relatório diz que, de facto, havia uma margem, que foi utilizado o diferencial que não tinha sido utilizado do montante do empréstimo e juntamente com um saldo e uma conta específica bancária, que perfaz, salvo erro, onze milhões e seiscentos mil euros em números redondos, e com isso se vão pagar mais dívidas. Mais dívidas atrasadas. Vão. Vão. Abatem. E neste período do relatório o montante pago é de cinco milhões, passa dos cinco milhões. Está aqui.

Portanto, a previsão que o Executivo faz, a previsão para o final do ano, do montante do endividamento líquido é que se vai registar uma diminuição dos noventa e nove milhões para os noventa e quatro milhões. E aqui há claramente, é indesmentível, uma redução.

Mais importante do que isso é o caminho que está a ser apontado com esta redução. É para aí que nós queremos caminhar e é para aí que nós devemos fazer orientar o nosso esforço a cem por cento.

O Executivo está no bom caminho e eu estou convencido que com a adoção das medidas do acompanhamento do Plano, que já aqui foram explicadas pelo executivo na anterior reunião em que discutiu esta matéria, eu estou convencido que, apesar de todas as dificuldades de índole externa e interna, ao nível do financiamento, o Executivo irá, no final do período de vida útil deste Plano, que eu repito são doze anos, mais três, são portanto quinze anos, chegar a bom porto. Esta é a minha convicção e espero vir a reforçar essa minha convicção quando estivermos aqui a analisar o sétimo relatório e que eu espero, a contento de toda a gente,

venha com informação que toda a gente espera. Mas gostaria que vocês dissessem claramente o que é que falta.

É muito fácil chegar aqui e dizer assim: a informação é insuficiente. Será sempre? Nem o próprio Tribunal de Contas ao referir-se ao Plano, digamos, “meteu a cabeça no cepo” — vamos ver qual é a informação que para eles é importante.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Rafael Alexandre Lopes Nevado)

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁴

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Rui maio (BE)⁰¹⁶

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Raúl Martins (PS)⁰¹⁸

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁰

“Boa noite Ex.mo Sr. Presidente, Executivo, caros colegas de bancada, munícipes. Relativamente a este relatório de acompanhamento eu gostaria de dividir esta questão em partes distintas. Parte da forma do documento e timing de apresentação.

Em termos de forma, mantenho aquilo que sempre disse: o documento escasseia por informação. E concordo com o Deputado Olinto Ravara quando diz que eventualmente há aqui informação que seria totalmente dispensada — o que dá uma imagem de desequilíbrio em termos de documento. Ou seja, a informação que está eventualmente não deveria estar ou é dispensável e há outra que continua a faltar. E eu já lá vou.

Quanto ao timing de entrega. O relatório foi entregue fora do prazo! Melhorou significativamente, mas em termos de atraso continua atrasado. Não vale a pena estarmos aqui às voltas com as datas. Está atrasado, está atrasado, ponto. Melhorou, mas em vez de atrasar seis meses ou sete ou cinco, atrasou um ou dois, esperemos que o próximo venha em tempo útil.

Em termos de conteúdo e naquilo que importa, eu penso que continua a não aparecer aqui o impacto deste Plano de Saneamento Financeiro de facto nas contas da Câmara.

Há aqui dois quadros que eu diria que são interessantes. Página cinquenta e seis, cinquenta e sete. Esses quadros espelham de facto duas questões distintas. O primeiro quadro espelha a eficácia ou a capacidade de execução do Plano de Saneamento Financeiro. E eu diria que as conclusões relativamente ao mesmo são tímidas. Há aqui coisas que estão a ser executadas a bom termo, mas há aqui outras que nem por isso. Não é muito explícita a informação, não há uma conclusão afirmativa de força. Há aqui uma conclusão tímida relativamente àquilo que está a ser feito em termos do Plano de Saneamento Financeiro. O mesmo acontece no quadro seguinte e que tem a evolução do endividamento líquido de dois mil e oito a dois mil e onze. Também há uma conclusão tímida que aponta para a apresentação de contas, porque diz que os dados entretanto poderão mudar, etc., etc. Ou seja, eu diria que em termos objetivos esse relatório, de algum forma, indo diretamente às conclusões e às considerações finais, não nos dá uma ideia muito clara daquilo que efetivamente está a acontecer em termos de Plano de Saneamento Financeiro.

Mas eu acho que há aqui uma questão que é importante colocar. Este relatório, ou os relatórios de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, até à data, foram apresentados num determinado contexto. E esse contexto vai-se alterar. Isto é, todos estes relatórios foram apresentados num contexto de carência, sem que se tenha tido em conta, até ao momento, porque o contrato foi feito dessa forma, qualquer amortização de capital. E, portanto, daqui para a frente nós vamos ter outro cenário, eu não sei se este é exatamente o último antes desse momento, mas deverá andar próximo, e, a partir deste ano, nós vamos ter

que inserir esse cenário naquilo que será o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. Porque a Câmara vai ter de começar a amortizar capital e não apenas juro.

O que é que acontece nesse cenário? O que acontece nesse cenário é que no registo de apenas amortização de juro os dados evolutivos não têm sido animadores, antes pelo contrário. Se nós virmos a evolução até dois mil e dez a evolução dos dados, nomeadamente em termos de dívida, contrariam aquilo que seria, à partida, uma situação que o Plano de Saneamento Financeiro iria permitir que a Câmara conseguisse concretizar. Ou seja, quando a Câmara contrai um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros, supostamente, passaria a dívida de curto prazo para dívida de médio e longo prazo. Essa situação iria, de alguma forma, aliviar em termos financeiros e em termos económicos aquilo que seria a vivência da Câmara no curto prazo. E, portanto, o que se esperaria é que, ao fazer essa operação de saneamento financeiro e ao acompanhar essa operação com um conjunto de medidas, nós teríamos um cenário onde estruturalmente a Câmara ira, tendencialmente, apresentar resultados económicos positivos, o que não se tem verificado. E eu acho que esta é a grande questão que aqui se coloca.

Resumindo. A Câmara faz uma operação de transferência de dívida a curto prazo para médio e longo prazo. Cria uma folga, no imediato, para poder ter um conjunto de ações que permitam aliviar o exercício económico da Câmara. Os dados, nesse cenário, não são favoráveis. A dívida cresce e a minha pergunta é esta: se nós acrescentarmos a este cenário a entrada, no presente ano, da exigência que a Câmara terá de cumprir do ponto de vista da amortização do capital, o que é que nós podemos esperar em termos da evolução de dados de endividamento da Câmara? Porque me parece efetivamente, e acho que a questão-chave está aqui, é que, hoje, as medidas do Plano de Saneamento Financeiro não estão a surtir o efeito desejado. E deviam ter sortido. Ou seja, a Câmara deveria ter aproveitado a oportunidade da operação que executou para implementar um conjunto de medidas que permitissem que a Câmara se equilibrasse estruturalmente. E isso não se verifica. Se adicionarmos a esse facto, volto a repetir, se adicionarmos a esse facto a necessidade de começar a amortizar capital, a minha pergunta é muito clara: qual será, ou qual vai ser, a evolução nos tempos próximos?

Eu diria que o cenário mais favorável, do meu ponto de vista, financeiro já passou, quando estivemos no período de carência. E, de facto, convenhamos há aqui medidas que estão no Plano de Saneamento Financeiro inicial que já era, à data, de todo inexequíveis e a conjuntura em nada veio melhorar isso. E, portanto, eu diria que, perante estes dados e à data da apresentação deste relatório de acompanhamento, a Câmara perdeu uma oportunidade muito clara de corrigir aqui algumas situações, sem qualquer tipo de invenção ou demagogia. Perdeu uma oportunidade clara de corrigir aqui algumas situações.

A questão que me preocupa é: com o cenário tendencialmente a agravar-se, do ponto de vista da liquidez, o que é que vai acontecer à situação do município?"

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Muito obrigado Sra. Presidente em substituição. Boa noite a todos. Eu acho que esta Assembleia Municipal não é acrítica e ainda bem que não o é, é importante que seja assim, por isso é que existe a Assembleia Municipal para fiscalizar o Executivo. É importante que todos nós possamos apresentar as nossas questões e as nossas dúvidas.

Gostei particularmente da intervenção do Francisco Picado porque apresentou as dúvidas, e é isso mesmo que tem de ser feito e a Câmara tem de responder. Ponto final. É assim.

Eu estou plenamente de acordo com o meu colega de bancada Olinto Ravara, com o que ele disse. Acho que tem havido melhorias significativas e sem qualquer demagogia. De facto, poder-se-á dizer que não houve um comprimento completo do prazo. Mas houve, de facto, melhorias. Temos de saudar isso e é isso que tem de ser saudado. E é importante que isso seja

aqui ressalvado. Como também disse o Francisco Picado, sem qualquer demagogia, e isso é fundamental que todos nós nos entendamos.

Também acho que é importante reforçar o controlo e as medidas. Eu tinha mais perguntas para fazer do que, propriamente, comentários a fazer sobre o relatório. E o que me preocupa, neste momento, é de facto quais são as medidas que estão, desde já, pensadas para fazer o controlo muito mais apertado dos objetivos que se pretendem atingir, sabendo de antemão que não nos podemos esquecer que existem muitos mais constrangimentos agora do que havia quando o Plano foi elaborado e quando o Plano se iniciou. A conjuntura económica é completamente diferente, a Câmara já não obtém, já não tem os recursos que tinha anteriormente. Portanto, é preciso ponderar todas essas questões e acho que é importante que todos nós ponderemos isto.

Para além disso, um aspeto que é importante e que o meu colega de bancada e companheiro Olinto Ravara abordou e que acho que é fundamental. De facto, nós temos sido apologistas de haver uma revisão do Plano. Mas “cauteladas e caldos de galinha” são cada vez mais importantes tendo em atenção as alterações que podem por aí advir. Não querendo dizer com isto que não venha a ser feito ou que não deva ser feito. Acho que deve ser ponderado e quando for feito ser muito bem ponderado. E é avisado que haja uma ponderação muito grande tendo em atenção o que se prevê que possa por aí vir. E de momento é isto, obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²²

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁴

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Antes de mais, boa noite. Penso que aqui ficou claro que o Plano de Saneamento Financeiro está ferido de morte por uma razão muito simples. É mais útil a esta Assembleia os relatórios enviados pelo Tribunal de Contas do que os relatórios semestrais, atrasados, que são enviados pelo Executivo. E, portanto, esta Assembleia como órgão fiscalizador do Executivo consegue cumprir melhor a sua missão com auxílio do Tribunal de Contas.

E reportando àquilo que diz o próprio Tribunal de Contas a propósito deste Plano de Saneamento Financeiro é preciso notar que isso é constante e que é o empolamento da receita. Ou seja, o Executivo quis apresentar um plano de saneamento financeiro para ser aprovado, não conseguiu à primeira, e, portanto, foi dar um “jeitinho” e vamos lá fazer aqui uma previsão de receitas falsa, ou pelo menos irrealista, para que consigamos avançar com esse Plano de Saneamento Financeiro.

O já muito falado Estádio resume bem o que é que o Tribunal de Contas entende com empolamento de previsão de receita. Por outro lado, também se verifica uma constante que é típica daquilo que está a acontecer em Portugal com os planos de austeridade que é a descida mais acentuada da receita, apesar da descida da despesa. Ou seja, bem podem fazer cortes na despesa que desses cortes da despesa resulta uma maior queda da receita. Austeridade dá nisto, é o resultado e o Executivo já o devia saber. Mas aquilo que eu acho e que não foi aqui abordado, é que já todos sabemos que o Plano de Saneamento Financeiro não está a servir o seu propósito, mas também é preciso perceber que naquilo em que ele foi executado foi o mais gravoso e não naquilo que poderia ser mais benéfico, nomeadamente na reestruturação do setor empresarial local. E a esse propósito o relatório ressalva a extinção de empresas, mas que nós sabemos, claramente, que não são aquelas empresas, à exceção da EMA, que são o grosso do endividamento que está, além do da autarquia, escondido nessas empresas. E, nesse sentido, a extinção do Teatro Aveirense limitava-se a um episódio irrisório e quando se fala de empresas municipais falamos da MoveAveiro. E continua a existir uma empresa para gerir o Teatro. Efetivamente, o discurso do Executivo não foi levado à prática, nesta matéria.

Dito isto, não há um abate na dívida a curto prazo que seria expetável na execução deste Plano de Saneamento Financeiro. Há, no entanto, a criação de dívida a médio e a longo prazo, neste empréstimo realizado à Caixa Geral de Depósitos, mal negociado, que eu gosto sempre de recordar que começou com juros abusivos. Toda esta situação resulta num maior endividamento, com medidas sociais gravosas, nomeadamente a já aqui falada questão da água. Eu não ponho tanto a questão no PS se poderiam ter feito um bom negócio, ou não, com a concessão das águas. Eu acho que qualquer negócio que passe pela cedência da Câmara é um mau negócio, mesmo que a receita, no curto prazo, até seja interessante. Mas essa é, claramente, em termos sociais, a pior medida consagrada no Plano de Saneamento Financeiro.

Dito isto, também convém ressaltar, e porque foi aprovado aqui ainda no ponto anterior, que perante esta situação de endividamento constante, de não cumprimento dos seus fins, do Plano de Saneamento Financeiro, saber que, no ponto anterior, o Executivo se comprometeu numa parceria, numa concessão sem concurso público, que irá, com certeza, endividar a autarquia. Isto porquê? Porque se comprometeu com um concessionário privado que nos futuros anos os caudais vão aumentar. Vai haver aumento de caudais e, portanto, não se preocupem que a autarquia e a Associação dos Municípios em geral, aí convém salientar que a participação da Câmara nessa associação é bastante significativa, trinta e dois ou trinta e três por cento, é daquelas que vai arrecadar com mais consequências, saber que se pôs num negócio onde se compromete, cada vez pedir mais e cada vez mais aumentar o caudal, e caso isso não aconteça, caso os municípios até tenham uma contenção nesses caudais e haja uma poupança de água, seja por motivos bons ou maus, que essa diferença, entre os caudais que estão prometidos à concessionária e aqueles que, efetivamente, forem faturados e se forem menores será paga a diferença à concessionária. E esta mesma concessionária é a que está a pedir indemnizações brutais à Câmara de Barcelos.

E saber que o Executivo, neste momento, se põe nesse negócio ultrapassa qualquer ideia mais razoável.

Nesse sentido, a pergunta que fica é: não revêm a vossa ideologia? Tudo o que vocês fazem falha? Os vossos planos de austeridade, o Plano de Saneamento Financeiro, e não revêm a vossa ideologia? Nem nestes negócios ruinosos? Parece-me inacreditável.

E rever também aquilo que, de facto, era a campanha Élio Maia, para estas eleições. Élio Maia, passo a citar, “é quem paga”... bem, este Plano de Saneamento Financeiro deita essa frase por terra abaixo. E se não havia propostas políticas e se o Executivo que se apresentava às eleições não tinha nenhum projeto para Aveiro, também não se consegue comprometer com os seus soundbites. Infelizmente, esses também vão ficar por cumprir.

No entanto, gostaria de ressaltar que no final do relatório há uma declaração mais humilde que, aliás, até suplanta bastante as palavras de Olinto Ravara que estava até bastante mais confiante que o próprio relatório. O relatório diz no final, e perante esta auditoria do Tribunal de Contas “que julgamos, contudo”, Não afirma perentoriamente mas diz que “julgamos, contudo, o Plano de Saneamento Financeiro tem contribuído significativamente para a redução do passivo”. E, portanto, é engraçado verificar que, se no relatório está esta declaração de humildade, na prática, aquilo a que assistimos nesta Assembleia é uma tentativa de esconder uma situação incómoda para o Executivo e, principalmente, incómoda para Aveiro.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰²⁶

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²⁷

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente, volto a cumprimentá-lo bem como os meus colegas de bancada e vou ser muito rápido. Vou ser muito rápido porque, digo-lhe com alguma tristeza,

que é sempre muito penoso para mim falar nesta Assembleia sobre assuntos financeiros com esta Câmara e quando se debatem assuntos financeiros. E olhe Senhor Presidente que escusava de ser. Porque no início deste mandato eu vislumbrei que as coisas iam mudar porque apareceu alguém com formação técnica adequada e além disso, com formação ética e moral, diferente, que começou nesta Assembleia a apresentar estes problemas de outra forma — não dizendo que não há problemas, mas pugnando pela verdade.

Por que se não se parte da verdade nunca é possível resolver os problemas que existem e todos gostaríamos de ajudar a resolver esses problemas. Mas como é óbvio esta Câmara não está interessada nisso. E, obviamente, também há pessoas que se põem a jeito e que trocam sempre as suas anuências pelos “pratos de lentilhas” que é muito comum na nossa sociedade.

Comecemos pelo princípio. Ainda na última sessão se falou aqui que as coisas estavam a correr muito bem e que os passivos estavam a correr muito bem! Eu vou só dar um exemplo: Relatório da IGF (Inspeção-geral de Finanças) Consolidado, depois de tudo e mais algumas coisas e toda a gente poder ter dito e não sei quê — Passivo, total do passivo da Câmara de Aveiro em 31/12/2005, cento e setenta e três milhões de euros. Documento fidedigno da Inspeção-geral de Finanças. Sujeitou-se ao contraditório. Toda a gente contradiz o que quis nessa altura. 173,237 milhões de euros! Documento fidedigno.

Documento que eu também acho que é fidedigno. Mas apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, diz: Passivo 186 milhões de euros. Que raio! Então está a descer tanto e em 31 de dezembro de 2005 era 173 e hoje é 186? Mas certamente que vai haver aqui umas pessoas na bancada que acompanham isto com os gráficos e vão dizer que era 173 e agora é 186! O gráfico dá a descer e portanto nós ficamos sempre satisfeitos — e é penoso! E é penoso Senhor Presidente. E é penoso que a gente um dia atrás do outro venha ouvir estas coisas aqui.

Quanto ao Saneamento Financeiro. Esta Câmara nunca quis fazer um Saneamento Financeiro das Contas do município. Nunca fez, nunca quis, nem há de fazer. O que esta Câmara quis não foi fazer o Saneamento Financeiro. E agora, nós estamos a ver a crise, porque isto alastrou ao mundo todo e alastrou à Europa, fazer saneamentos financeiros implica sacrifícios. Implica sacrifícios!

Esta Câmara nunca quis fazer o Saneamento Financeiro. Esta Câmara o que quis é obter um empréstimo de curto prazo que permitiu ganhar umas eleições. Que lhe permitiu saldar a face política numa determinada altura e ganhar as eleições, dizendo que ia consolidar o passivo de curto prazo. Outra mentira porque não consolidou nada! Porque o passivo de curto prazo naquela altura era 50 milhões de euros, não chegava a 50 milhões de euros, e hoje é superior! E hoje é superior. Eu digo-lhe exatamente quais eram os valores.

O empréstimo estava previsto (os 58 milhões de euros) a seguinte distribuição. Olhe, era para fornecedores vinte cinco milhões; para resolver o problema do factoring vinte milhões; para resolver os problemas com a administração autárquica 0,15 milhões; protocolos e subsídios dos quais metade era para pagar às Juntas de Freguesia 2,16 milhões; e outros credores 5,8 milhões.

Os outros credores era aquelas coisas que algumas delas nunca foram bem pagas, que era a ADSE, a ACASA. Já agora, como é que isso está? A ACASA etc.? E depois havia uma verba de 5 milhões para juros de mora das ações, que ainda não eram dívidas reais na altura, eram juros de mora que eventualmente podiam advir de ações que existiam no Tribunal.

Receberam os 58 milhões de euros e nem os conseguiram gastar todo. Não conseguiram gastar todo porque não havia dívidas suficientes para poderem ser utilizados.

Foi isso. Foi exatamente isso. E foi por isso e o Dr. Olinto Ravara explicou isso aqui muito bem, e que mais tarde veio aqui um pedido para poderem utilizar os outros 12 milhões de euros, não em dívidas que existiam na altura, mas em dívidas que tinham sido cometidas posteriormente.

Essa é que é a verdade. Vejam as datas das faturas quando é que foram cometidas. O Senhor lê-as muito bem, 2007 a dois mil e não sei quantos. Pois é! Nessa altura quem cometeu essas dívidas não foi o paratrásmente, foi este executivo. Este executivo, repito, nunca quis fazer o Saneamento Financeiro. Nem o há de fazer! E não conseguiu consolidar o passivo de curto prazo porque obviamente não quer! Não quer.

Porque fazer Saneamentos Financeiros é uma coisa que dói no osso politicamente. Mas podia tê-lo feito. Porque para isso é que foi eleito. E se fosse para tomar medidas em favor de Aveiro poderia ter o apoio da oposição. Para tomar medidas que apenas servem para lhe salvar politicamente a pele num curto prazo, não.

Porque uma pessoa pode enganar uma pessoa uma vez. Até pode enganar uma pessoa mais do que uma vez. Mas não pode enganar todas as pessoas, todas as vezes, porque as pessoas mais dia menos dia começam a aprender que estão a ser enganadas.

Por isso Senhor Presidente, e por aqui me fico. É muito penoso falar destas situações financeiras nesta câmara. E volto a lembrar: escusava de ter sido porque na altura oportuna, nós pudemos ter gente a tratar destes assuntos, gente séria, e que não nos vinha para aqui enganar e ludibriar. Agora temos um problema: Como foi ludibriado o Tribunal de Contas, como na altura foi enganado com aquela história dos 65 milhões de euros de concessão do estádio, mais de 50 milhões da água, etc.

Agora está o Tribunal de Contas à rasca e não sabe para quem é que há de pôr a culpa.

E se calhar vocês ainda vão ter que fazer todos uma vaquinha para pagar essas dívidas e não sei quantas mais. Pois! Só que o Tribunal de Contas também não as pode exigir, porque também está à rasca, porque não pode permitir-se que foi enganado e que se deixou enganar de uma maneira tão infantil. Disse, Senhor Presidente.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, há certas afirmações que realmente me deixam admirado, apesar dos muitos anos que passo aqui, porque bem, já tinha visto que realmente economistas fazer interpretações diferentes de dados, que são dados objetivos. Agora, economistas a negarem dados, não pela factualidade dos dados, mas sim pelo que permitem concluir, essa para mim é que realmente é uma grande novidade e não estava à espera de pessoas, bem que até tenho a consideração de que têm competência técnica nas áreas em que realmente aqui emitem as suas opiniões. E por isso essa dos gráficos deixa-me profundamente triste, que realmente essa competência possa ser toldada e ofuscada por alguma venda política que lhe estejam a querer meter à frente (ouvem-se vozes). O Senhor Presidente já reparou, quando eu falo há sempre um ruído de fundo. De maneira que eu também quero dar voz ao ruído, porque pode ser que desse ruído às vezes venha alguma coisa de bom e por isso terá sempre a minha condescendência também enquanto estiver no uso da palavra. E por isso eu continuarei a usar os dados que me são fornecidos a mim enquanto membro desta Assembleia e a todos nós membros desta Assembleia, porque os considero fidedignos e porque nunca os vi negados por ninguém nesta Assembleia. Nunca os vi negados por ninguém nesta Assembleia. E por isso, se ninguém os nega são fidedignos. E por isso eles espelham uma realidade que realmente algumas pessoas desta Assembleia não gostam de ver. É pena, é pena que isso realmente aconteça, porque não são os números que estão a negar, são as conclusões que esses números nos trazem.

E os números dizem-nos e porque dizia a certa altura também um colega do Partido Socialista, que as medidas não estão a surtir o efeito desejado. É que o problema é este: é que as medidas estão a surtir o efeito desejado — é que não há dúvida nenhuma.

E dizia outro também, que não tem a perceção de que as medidas tenham resultado. Pois aí é que está: é essa perceção que também acho que está toldada por alguma venda política, porque a perceção é exatamente a dos dados mostram isso e por isso é mais do que perceção é

a leitura da realidade diz-nos que durante muitos anos, inclusive neste mandato e por isso já depois de 2005. Ou seja, já muito depois de 2005 que foram os dados que aqui foram apresentados, como sendo os dados da IGF, muito depois de 2005, continuaram a aparecer na Câmara Municipal de Aveiro a contabilização de despesas que tinham sido feitas por outros, mas que não tinham sido contabilizadas e por isso sabia-se que era necessário pagar — não se sabia era quanto e muito menos sabia-se quando? E essas faturas, toda a gente sabia que iriam aparecer e têm vindo a aparecer e nós podemos ver neste relatório, que é o relatório referente ainda a 2011 algumas dessas despesas, porque senão basta abrirem os documentos na página 57 e vão verificar que há aqui ainda uma referência ao protocolo entre a REFER e Câmara Municipal de Aveiro. Que eu saiba, o Dr. Élio Maia não fez nenhum protocolo com a REFER e a CP. Não fez! Pois é, o Dr. Élio Maia não fez. Ou seja, se o Dr. Élio Maia não o fez, quem será que o fez? Quem será que é o responsável ou foi responsável pelos destinos deste município de Aveiro para fazer este protocolo com a CP? Agora é claro que estava omissa. É claro que não aparece nas contas da IGF. É claro que mais tarde se tinha que transpor para o passivo da Câmara Municipal de Aveiro, reflete-se é claro. E por isso durante muitos anos, ainda bem que surgiu um Plano de Reequilíbrio Financeiro que permite a que a Câmara Municipal de Aveiro, ao mesmo tempo que continuava a contabilizar despesas que não eram as suas, já estava com um Plano de Saneamento no sentido de melhorar procedimentos, de conseguir mais receitas, de conseguir pagar aquilo que os outros conseguiram gastar.

E por isso só há relativamente pouco tempo e penso que este Relatório, até é um Relatório desses de viragem, que é a partir de agora, que estando contabilizadas todas essas faturas ou a maior parte, porque pelos vistos ainda há algumas faturas, como nos diz o Relatório, o próprio Relatório diz-nos isso, que quase todas as faturas já estão contabilizadas. E por isso é a partir de agora que realmente nós podemos começar a diminuir sensivelmente este passivo. Ou seja, quero dizer, aquela a entrada de faturas para aumentar o passivo que se estava a verificar, está a acabar e por isso a partir de agora, estamos a ter só uma diminuição substancial da dívida. E é por isso que o último relatório que nós tivemos aqui uma Comunicação do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, já mostrava isso, aquele ritmo cadenciado de um milhão de euros por mês que a Câmara Municipal de Aveiro estava a reduzir do passivo já estava a aumentar mais do que isso. Já víamos que já era mais do que um milhão por mês, que havia de redução e no último ano foram qualquer coisa como 15 ou 16 milhões de euros, que foram reduzidos ao passivo. E por isso, todos estes números que são trazidos a esta Assembleia Municipal, desde números que somam e números que subtraem ao passivo, estamos a mostrar que esta Câmara Municipal de Aveiro está a ir no caminho certo.

O Plano é claro que o Plano precisa de ajustes. Todos nós concordamos que o Plano precisa de ajustes. Todos nós concordamos que realmente também esta não é a altura certa para nós fazermos os ajustes. Como é que nós podemos, como é que a Câmara Municipal de Aveiro pode propor um novo Plano de Reequilíbrio Financeiro, se neste momento há toda uma indefinição quanto àquilo que vão ser as novas Leis das Finanças Locais. Neste momento nós não sabemos quais vão ser as fontes de receitas da Câmara Municipal de Aveiro! Nós nem sabemos neste momento se vai haver alteração aos limites das freguesias ou aos limites das Câmaras Municipais e por isso como é que nós podemos fazer algum Plano de Reestruturação Financeiro, que não seja aquele que neste momento estamos a fazer? E por isso a Câmara, aquilo que está a fazer, está a fazer bem. Que é: está a tentar cumprir ao máximo aquilo que se comprometeu. Podemos também ver nos mapas que nos foram fornecidos que em muitos destes casos superou aquilo que era expectável de poder poupar com alguma das medidas, noutras infelizmente não é explicado porque razão é que não superou aquilo que se tinha comprometido com o Plano de Saneamento Financeiro. E no final também deste Relatório faz-se uma reflexão em que se apresenta realmente alguns dos problemas e também algumas das soluções que ainda poderão existir para futuro para que a Câmara Municipal de Aveiro possa continuar a cumprir aquilo que estabeleceu (neste momento) com o Tribunal de Contas e com

todos os aveirenses como é óbvio. E por isso, falava-se ainda aqui, só uma última nota em relação também ao facto da Câmara Municipal de Aveiro só ter ainda utilizado 51, 6 milhões de euros e não os 58 milhões de euros que tinha contratualizados. É que infelizmente nós temos que estar sempre a repetir os mesmos argumentos, é que nós não nos podemos esquecer, que quando o tempo todo que mediou desde que a Câmara Municipal de Aveiro pediu e fez esta proposta do Plano de Saneamento Financeiro até que ele foi aprovado, esta Câmara Municipal de Aveiro começou logo a honrar os seus compromissos. E por isso como pagou logo uma série de despesas que estavam contempladas neste Plano, depois já não podia pagar segunda vez. E por isso é que neste momento não há a possibilidade de poder ir buscar estes 6 milhões de euros que realmente ainda tem disponíveis, para poder agora reestruturar realmente a sua dívida e poder fazer face à despesa que ainda tem que fazer para honrar os compromissos desta Câmara Municipal de Aveiro, não os compromissos do Dr. Élio Maia, mas os compromissos do Partido Socialista. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰³¹

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰³²

“Senhores Deputados. Caro Deputado Salavessa, obrigado pelo entusiasmo. O Bloco de Esquerda, aquilo que a Auditoria do Tribunal de Contas referiu não foi sobre a ausência de procedimentos para avaliar, mas sim, não foram definidos procedimentos de controlo em relação à aplicação do Plano — que é outra coisa um bocadinho diferente.

Quanto à questão dos pequenos valores, das pequenas reduções, na água, nas comunicações, nos trabalhadores, é verdade são pequenos valores. Mas nos pequenos nós estamos essencialmente a reduzir naquilo que é essencial no município que se quer estruturar em termos financeiros que é nas despesas correntes. E quem sabe alguma coisinha de gestão sabe que é nas despesas correntes que se pode dar a volta muitas vezes às instituições, não é nas despesas de investimentos porque essas é parar ou fazer.

Quanto à dívida de médio longo prazo. De facto não está referida nem a de médio longo nem a de curto prazo nesse documento e eu já falarei sobre isso. Mas têm tido regularmente nas Comunicações do Senhor Presidente toda a informação sobre o curto prazo e o médio a longo prazo.

Quanto àquilo que referiu sobre crescimento e endividamento. Eu julgo que o Relatório informa precisamente o contrário. Referiu-se ao Tribunal de Contas e foram referidos depois, o Relatório do Tribunal de Contas refere quarenta e cinco milhões de passivos omissos. E é preciso ter em conta isso, quando se faz a análise de facto das contas.

A percepção de que o Plano é irrealista, se considerarmos que o valor do estádio é irrealista, é um pressuposto seu, que acredito que pertença à sua análise e portanto a minha é contrária e ficamos por aqui.

Em relação àquilo que foi dito pelo Senhor Deputado do Partido Popular. Compromissos assumidos pela autarquia é importante serem pagos, concordamos em absoluto com isso mesmo, é aquilo que pretendemos fazer todos os dias.

Deputado do PS. “Foi uma oportunidade perdida, o documento é mau, sem fio condutor, não existem acumulados”, enfim, é o habitual. O Dr. Marques Pereira diz sempre as mesmas coisas em relação ao Plano, portanto não seria de pressupor dizer algo diferente. Já é um bocadinho mais gravar e temos uma cassete para o resto do Plano.

“Não existem acumulados”. É verdade, não é um hábito, nós procuremos enquadrar nos próximos Planos.

“Não cumprem os ajustamentos solicitados pelo Tribunal de Contas”. Eu julgo que há algumas diferenças em relação aos documentos passados. Temos tentado, como foi transmitido

aqui, melhorar o documento. Não há um documento síntese em que nós nos possamos balizar, tentamos fazer o melhor daquilo que têm conhecimento dos nossos técnicos e nós próprios. “Agravaram-se as condições da Câmara financeiramente”. Discordo disso, Julgo que nas próximas contas do município, que serão apresentadas provavelmente daqui a um mês, aqui nesta mesma Câmara, haja uma visão diferente da sua parte.

Quanto ao empréstimo, posso-lhe transmitir que estamos a cumprir rigorosamente o empréstimo de Saneamento Financeiro. Concordo com a afirmação de que só no final do Plano podemos de facto verificar o seu cumprimento. Foi essa aliás uma das coisas que referimos. Acho que ao fim de dois anos em que foi avaliado o Plano, nós não podemos verificar cumprimentos, apenas desvios em relação ao mesmo e portanto confirmo essa afirmação aquilo que eu acho que é essencial.

Partido Socialista. “Escasseia de informação nalguns alguns pontos e tem excesso de informação noutras”. Acredito que sim, nem sempre é fácil fazer a melhor triagem para apresentar nesta Assembleia. Também é importante referir as várias áreas da Câmara uma vez que este é um Plano transversal e é importante também transmitir aos serviços que não é só a parte financeira que se tem que preocupar com o Plano. E isso é importante que se traduza e que as pessoas tenham essa perceção. Fora do prazo. Eu aqui, deixem-me só dizer-vos isto, como é óbvio não está dentro do prazo, o prazo é um mês após os términos não escondemos isso. Tentámos recuperar o atraso. Mas depois só dizer-vos isto, um deputado do PS disse que durante um ano houve aqui uma pessoa que percebia disto e é que percebia disto. Eu vou fazer como essa pessoa e não entrego aqui nenhum relatório e a gente vê de facto a qualidade do trabalho.

“Não mostra o impacto nas contas da Câmara”. Só dar-vos esta nota: nós pretendemos mostrar essa informação no próximo Relatório de Contas, de facto o impacto que está a ter. Era muito complicado tentarmos introduzi-lo neste Relatório. Este Relatório (e eu já disse isto aqui uma vez) é um Relatório a um mês do final do ano. Estar a apresentar coisas que depois têm que ser validadas pelos Revisores Oficiais de Contas (e nós gostamos muito que isto seja validado pelos Revisores Oficiais de Contas, introduzimos esse hábito no município), é complicado depois apresentarmos coisas que podiam diferir um bocadinho na prestação de contas. Acho importante para se ver de facto tudo e acho que vai ser bem notório.

Quanto à questão da revisão. Todos nós temos noção que um Plano a 12 anos, principalmente quando temos um cenário de crise é sempre complicado.

O país está a sofrer um ajustamento que foi previsto em 2 anos e meio e mesmo assim está sempre a falar de rever e de ver se é possível aumentar ou diminuir. É complicado, mas ele deve ser revisto. Nós temos no entanto n variáveis em jogo, a questão dos dirigentes está a ser alterada pela portaria, a própria Lei das Finanças Locais que está a ser alterada, a questão do IMI, que é relevantíssima etc.. Existem n variáveis como a equação, muitas delas estão fechadas de facto neste momento, mas a gente também não pode andar aqui de 5 em 5 minutos a fazer e a rever um Plano. Acho que houve muitas alterações no último ano e nós gostávamos muito de o rever de facto.

Bloco de Esquerda “empolamento de receita”. O Plano de Saneamento não foi chumbado ou não foi visado da primeira vez, não teve nada a ver com receita. Portanto não refira isso porque disse uma data de coisas meteu a questão das águas do Carvoeiro no processo, não tem nada a ver! Nós por exemplo referiu ai do aumento dos consumos. Nós até estamos a diminuir nessa análise. Tente falar sobre as coisas concretas que é para podermos discutir a sério os assuntos.

Senhor Deputado Raúl Martins disse algumas coisas. É interessante! Há alguns tempos atrás falávamos muito da questão do passivo, da dívida! Agora já foi importante para si falar do passivo! (ouvem-se vozes). Senhor Presidente, nós devemos ter respeito uns pelos outros!

Eu percebo, foi buscar o relatório do IGF! Eu concordo com o relatório. Tenho pena é que o relatório (e disse-o muito bem), que o relatório, não tenha apontado fazer provisões por

exemplo para a REFER. Já que estávamos a falar, tenho pena que o relatório não tenha apontado isso. Porque foi dito à técnica que aqui estava, que gostávamos que tivessem lá as provisões para esse processo.

Aliás, para esse e para vários processos ou então o relatório do Tribunal de Contas a seguir não falava de 45 milhões omissos, porque já estavam lá provisões para eles.

E depois é interessante, de facto o “passivo é maior”! De facto o passivo é maior! É claro.

É interessante que agora já se fale de passivo, não se fale só da dívida, porque se sabe que a dívida é menor. Mas pronto, isso são outras coisas.

Só dar-vos esta nota. O município de Aveiro neste momento, mal ou bem e foi essa a imagem que eu tentei passar várias vezes é importante transparência. Posso-vos dizer que aquela celebre carta que o Senhor Ministro mandou para toda a gente, a pedir a toda a gente, as dívidas não sei quê, a nossa demorou um minuto a fazer, foi ir ao sistema e tirar. Não sei se todos os municípios têm essa veleidade de o fazer.

É importante perceber-se do sítio onde nós partimos, e para onde é que chegamos. A Câmara tinha inúmeras insuficiências, ainda hoje tem em termos de informação financeira. A Câmara, não é só a Câmara de Aveiro — as outras Câmaras também. Há Câmaras aqui próximas, que eu não sabia que nem sequer fazem amortizações!? Para quem percebe da área eu acho que está tudo dito. E deixem-me dizer esta nota: nós não nos temos assim em tanta consideração, que consigamos enganar o Tribunal de Contas. Muito obrigado.”

Vereadora Ana Neves – Nos termos do artigo 34.º do Regimento.⁰³³

“Senhor Presidente, caros colegas. O Dr. Pedro Ferreira insinuou que eu não tinha respondido ou não tinha elaborado, ou não tinha apresentado, se não estou em erro o segundo e o terceiro relatório da operação de Saneamento Financeiro que estava sobre a minha responsabilidade enquanto responsável pelo pelouro financeiro. E o que eu estava a pedir era defesa da honra em relação a esses pontos, gostaria de falar sobre esse assunto, mas preciso de mais tempo, não para responder, mas para encontrar os dados para situar a informação, uma vez que não estava à espera de responder a esta questão.

Se tiver que falar sobre este assunto agora neste momento falo, mas não estou na posse de toda a informação que me permita dizer no dia x respondi, o relatório preenche o período de x a y, não sei se me estou a fazer entender. Preciso de procurar nos meus registos, qual o período a que respeita o relatório e quando é que eu respondi.

Então nesse caso eu vou responder da forma como me é possível, que é a seguinte: Em relação ao primeiro relatório relativo à Operação de Saneamento Financeiro que fui responsável, ele foi respondido se não estou em erro, com um lapso de dois meses — e porquê? Porque se não estou em erro ele terminava o período de análise no dia 17 de novembro de 2009 e eu entrei em funções no dia 5 de novembro de 2009 e imediatamente tive que dar a minha atenção ao Orçamento para o ano de 2010. Mal terminei essa atividade e houve ali um período de coincidência em que os serviços responderam ao pedido que foi feito pelos serviços para dar a informação, ele foi elaborado e foi apresentado. Portanto eu apresentei-o se não estou em erro com um lapso de dois meses.

Em relação ao segundo relatório de Operação de Saneamento que se não estou em erro, dizia respeito ao período de 17 de novembro de 2009 a 17 de maio de 2010, em relação a esse efetivamente não o apresentei, enquanto vereadora com o pelouro e porquê? Porque estava aqui à procura dessa informação, exatamente no dia 17 quando era preciso elaborar e apresentar este relatório, o Senhor Presidente comunicou-me (ou solicitava-me) que colocasse o cargo à disposição. E portanto desde essa altura que fiquei em suspenso à espera que essa situação fosse resolvida. Os serviços não me responderam da mesma forma. Não foi possível apresentá-lo, até porque eu não sabia quando é que deixava de ter o pelouro financeiro.

Se me dessem mais tempo poderia responder de forma precisa a esta questão e esclarecer que se não entreguei o segundo relatório que estava na minha responsabilidade, foi porque

efetivamente não estava com a capacidade de exigir aos serviços que me dessem a informação necessária. E como toda a gente já percebeu, os serviços da Câmara Municipal não estão vocacionados, não estão mentalizados, não estão envolvidos o suficiente para introduzir a informação ou para dar a informação em tempo útil para o relatório da Operação de Saneamento Financeiro.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰³⁴

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Plano, ou melhor: o Plano de Saneamento Financeiro não está a ser cumprido.

Não é por acaso que várias intervenções dizem ou vieram aqui, no sentido dizer que só não há revisão do Plano de Saneamento Financeiro agora (contrariamente ao que foi prometido de que haveria uma revisão do Plano de Saneamento Financeiro), só por razões substanciais, é que essa revisão não está a ser trabalhada ou está a ser remetida para outra data — não sei se legitimamente! Eu penso que não legitimamente.

Penso que essa questão de que podem ocorrer mudanças, se tivéssemos isso sempre presente, nunca faríamos nada na vida, nunca daríamos nenhum passo. Porque do futuro nunca se tem a certeza daquilo que vai ser. Portanto, mas a opção é política, é a opção política da Câmara, não fazer a revisão agora. Mas não é por causa disso que se pode dizer que o Plano está a ser cumprido. O Plano não está a ser cumprido e já toda a gente sabe porquê — é escusado estar a chover no molhado.

Só no final é que podemos dizer se ele foi cumprido ou não. É verdade! Prognósticos só no fim do jogo de facto. Diz gente inteligente a respeito deste tipo de situações: então mas nós não fazemos uma análise permanente da evolução da situação? Eu digo-lhe já que análise é coisa que falta neste relatório. Há dados lançados mas não há uma análise dos dados ok? Pronto, que se registe!

Compromisso para pagar dívida. O principal compromisso em torno da dívida assumida pela Câmara Municipal pela maioria desta Assembleia foi o compromisso de resolver a dívida de curto prazo reestruturando-a para o médio a longo prazo.

Podem dizer assim: – aquela que existia na altura grosso modo foi feita. Mas ela era para ser feita no pressuposto e com o Saneamento Financeiro iria permitir a alteração da situação.

Ora, cinquenta e tal milhões de euros depois, já nem falo em tempo, falo em cinquenta e tal milhões de euros depois, portanto a faltar só ir buscar algum dos cinquenta e oito milhões, o que é que temos? Temos uma dívida de curto prazo semelhante à existente inicial e uma dívida global superior à existente. É esta a situação! Portanto, é um fracasso completo o Plano que se previa de reestruturação financeira.

Ora o conteúdo do compromisso é aquilo que consta bem ou mal do Plano de Saneamento Financeiro (e bem mau), porque nós desde sempre dissemos que não era viável, não era realizável, mas foi esse compromisso que permitiu a contratação do empréstimo de cinquenta e oito milhões. Se não existissem compromissos para cumprir o empréstimo dos cinquenta e oito milhões não seria aprovado.

Os relatórios são semelhantes aos anteriores! Semelhantes (não digo que não haja uma ou outra melhoria) mas não evoluiu. A evolução para melhor é claramente insuficiente face àquilo que o relatório deveria ser. E quem tiver curiosidade (ninguém vai ter) basta ir repescar intervenções do PCP em momentos anteriores da discussão deste documento, para ver as críticas que foram feitas e que hoje foram aqui retomadas por alguns dos Senhores Deputados. E até podemos dizer com segurança, já o fizemos, podemos dizer que muitas das críticas estão confirmadas no relatório do Tribunal de Contas ou na apreciação que o

Tribunal de Contas fez a este tipo de documentos. Portanto, as nossas opiniões são anteriores à posição do Tribunal de Contas, relativamente a esta matéria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados aquilo que é essencial olhando para o futuro é que não sendo este relatório elemento de análise muito importante, não é muito importante da forma como ele está apresentado, nós olhamos para o futuro e aguardamos três coisas: aguardamos para já o Relatório de Contas de 2011, dentro de um mês como o Senhor Vereador bem disse, teremos então um documento auditado e que tem que responder a determinadas exigências legais. Fazemos a comparação e veremos até que ponto é que este ano é ou não um ano de registo positivo. Ficamos a aguardar um relatório que corresponda às exigências que a situação financeira existe.

Ficamos a aguardar, em terceiro lugar, uma revisão efetiva do Plano de Saneamento Financeiro que é necessário fazer e nada justifica que seja adiado.

Alerto a Câmara, sabe isso melhor do que ninguém, os senhores deputados municipais se viram os documentos com olhos de ver sabem que assim vai ser. Se não chegarmos ao fim deste ano com uma ligeira melhoria, ao fim deste ano que falta analisar, o 2011, se não tivermos chegado ao fim deste ano de 2011 com alguma melhoria, então o cenário de dificuldades de 2012 passará a ser um cenário catastrófico.

Eu lembro aos Senhores Deputados que a previsão de juros e amortização para 2011 foi de 13,4 milhões de euros. E que isto não é previsão. Aquilo que vamos pagar em 2012 passa para dezoito milhões — é um aumento de 5 milhões de euros em serviço da dívida de um ano para o outro.

Por isso, se não houver no final de 2011 alguma evolução positiva, acreditem que não será em 2012 que ela irá ocorrer. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[036](#)

“É um bocado lamentável que normalmente a seguir à intervenção do Vereador, tenha que ser eu a esclarecer que não estou esclarecido! Porque eu fiz perguntas, algumas perguntas sobre questões que mereciam ao menos um comentário, nomeadamente a inoperância em reestruturar o setor empresarial local — e sobre isso não obtive nenhuma resposta. Obviamente que a resposta não a obtive porque é incómoda. Mas então não sendo o Vereador a esclarecer-me a mim, esclareço eu ao Vereador (porque ele não percebeu), porque é que a questão do contrato da concessão do Carvoeiro Vouga está aqui metida neste assunto. É muito simples.

Estamos a falar aqui sobre dívida da autarquia. E esta autarquia fez um aditamento ao contrato de concessão que só pode dar mais endividamento à autarquia, mais nada. Quer dizer: se o executivo não consegue ver isso então sinceramente não está a ver nada e aliás até apontou, fez uma confusão com o Relatório, uma diminuição dos consumos. Pois mais é curioso, porque aquilo que o contrato prevê, é que independentemente da diminuição dos consumos e dos caudais, vocês vão pagar o aumento que a concessionária prevê no contrato! E vocês subscreveram por baixo. Portanto, o fim de contratos como estes são a resposta para não agudizar a situação da Câmara.

E há aqui uma situação que nem percebo porque é comentada. O “empolamento de receita” não são palavras minhas, são do Tribunal de Contas. É o Tribunal de Contas que fala em “empolamento de receitas”. E aquilo que eu disse é muito simples: é na altura do Plano de Saneamento Financeiro, não passou, digamos assim, à primeira no Tribunal de Contas. E portanto, ressaltando, realmente, que era um Plano irrealista e que não tinha bem orçamentada a receita e a despesa, eu acho que este empolamento da receita, serviu precisamente para passar por esse primeiro crivo.

Uma nota final em relação à demagogia que se fala sobre os pequenos valores, e que os pequenos valores são importantes.

Estar a exigir aos serviços municipais da câmara que tenham contenção nos pequenos hábitos do dia-a-dia, para depois se meter em negócios ruinosos como é a questão da venda das piscinas, como é a questão deste contrato de concessão, e depois fingir que é nos pequenos valores que está a solução, na minha opinião, é pura hipocrisia.”

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[037](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente em exercício. Queria aqui só deixar um esclarecimento muito simples: penso que o Senhor Vereador Pedro Ferreira não terá gostado da expressão que eu usei da “ausência de procedimentos.” Eu vou só ler aqui o Ponto 4 (para avaliar exatamente) da página 5 do Relatório do Tribunal de Contas, que diz que a Câmara não implementou procedimentos de acompanhamento e controlo de execução das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, tendentes à prevenção eficaz e atempada de eventuais desvios ao Plano de Saneamento Financeiro.

Ora se não implementou, elas são ausentes para todos os efeitos. E depois ainda diz mais à frente que, até remete depois isto para o ponto 1.2, que diz que a Câmara não aprovou nem implementou procedimentos de acompanhamento e controlo da execução das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, portanto é exatamente a mesma coisa reiterada até por duas vezes no mesmo documento.

Depois em torno das despesas correntes e das grandes despesas. Aqui o meu colega já referiu isso, mas de facto até podemos diminuir as despesas correntes. Elas terão alguma importância, mas é uma importância relativa. Mas por exemplo, podia-se ter arrecadado muito mais receita no caso da venda dos terrenos das piscinas — bem, mas perdeu-se mais de um milhão de euros!

Também se perderam muitas receitas com a privatização da água, também verdade seja dita! Agora a questão que eu coloco é esta: e também em função daquilo que ouvimos aqui das bancadas do PSD e do CDS, ouvimos dizer que poderá ser feito o reajustamento e que até será uma boa decisão.

Também ouvimos dizer que se calhar o Plano precisa de ajustes, mas esta não é a altura certa!? A questão que eu deixo é esta: a Câmara reconhece ou não que o Plano de Saneamento Financeiro está desfasado da realidade?

Se sim, se reconhece, então o Plano de Saneamento Financeiro dá pouca utilidade tal e qual como está neste momento.

Se a Câmara não reconhece que o Plano de Saneamento Financeiro está desfasado da realidade, então está alienada da própria realidade. É só isto, muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

“Telegraficamente. De facto nós gostaríamos de reiterar que o Plano de Saneamento Financeiro de facto não está a ser cumprido, nem está alicerçado para que pudesse ser cumprido.

Mas deixava duas questões. A primeira que levantei aqui na outra Sessão e que não foi respondido é a que o Senhor Vereador Pedro Ferreira agora alinhou uma ideia breve sobre isso, tem a ver com a questão dos dirigentes.

A questão dos dirigentes é uma questão paradigmática, que está para ser resolvida há mais de um ano e nunca mais foi resolvida ou melhor cumprida a deliberação desta Assembleia Municipal. Incompreensivelmente! A Câmara nunca deu explicações sobre isso e devia dar. Segunda questão, a revisão do Plano de Saneamento Financeiro. Todos percebem que é uma necessidade, enfim, agora há a desculpa que de facto o que é verdade hoje, amanhã já pode ser outra coisa qualquer, há muita turbulência da vida económica e financeira, e em outros planos, mas o que é facto é que essa turbulência irá expectavelmente perdurar por mais alguns

anos. E a pergunta que se levanta é: bem, mas faz-se a revisão do Plano de Saneamento Financeiro ou não? Porque não haverá uma situação ideal para se proceder a essa revisão. A nós nos parece premente que possa vir uma proposta de revisão do Plano que a possa adequar um pouco mais à realidade para que aqui possa ser discutida.

Por último fiquei agora um pouco preocupado. Porque eu penso que era unânime em todas as bancadas que a questão da valorização do estádio em sessenta e cinco milhões de euros, era a nota de ironia deste Plano de Saneamento Financeiro — porque ninguém acredita nisso. Concessioná-lo por mais dinheiro do que aquilo que ele custou quando foi construído novo, mais acessibilidades, eu acho que ninguém acreditaria nisso. Donde, só lá consta, para que se pudesse contratualizar o empréstimo.

Vossa excelência, convictamente, e eu fiquei esmagado e espero que agora me possa contrariar, acredita piamente que isso pudesse ter acontecido! O facto é que se acredita de facto eu tenho que dar aqui razão a alguém, que já utilizou a expressão de que vossas excelências estavam alienados da realidade. E de facto se é assim, estavam mesmo. E portanto ainda é pior do que aquilo que nós poderíamos pensar. Disse.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“A primeira nota para me referir à situação que aqui foi criada, relativamente à Vereadora Ana Neves. Eu repito, que foi a única pessoa que alguma vez esteve no executivo, que tinha formação na área financeira e de gestão, mais ninguém nunca teve e foi pena não a aproveitarem.

Tinha formação técnica e aqui demonstrou mais uma vez que tem alta formação ética e moral. Não defendo os princípios políticos que ela defende, somos adversários políticos. Mas uma coisa perante a mesquinhez que aqui vi patente pela parte do Vereador Pedro Ferreira e apoiado obviamente pelo Senhor Presidente da Câmara, perante essa mesquinhez, que é ao que eu vi, dizerem que ela não apresentou um relatório quando lhe tinham retirado a possibilidade de ela o apresentar, a possibilidade ela ter os elementos, é perante essa mesquinhez. Há uma outra coisa que eu queria dizer à Senhora Vereadora Ana Neves. Quero-lhe dar os parabéns porque contrariamente e para além das outras características que eu já lhe aponte, tem uma coisa que não existe neste executivo — que é classe! Classe, muita classe. Quanto ao Passivo o Senhor Vereador Pedro Ferreira não gostou que eu falasse de Passivo. Aquilo que ele falou durante não sei quanto tempo (Senhor Vereador eu sei que não gosta), não gostou de dizer que o Passivo aumentou. Mas pronto Senhor Vereador Pedro Ferreira, dentro de dias vamos ter aqui as Contas e vamos ver se também o Passivo exigível aumenta ou não, porque não é só aquele que o Senhor diz lá nos papéis. É também aquele como no ano passado que vem no relatório do Revisor de Contas, quando ele diz: – olha esqueceram-se de meter isto, aquilo e aqueloutro!

Uma palavra apenas para (certamente o Revisor de Contas este ano não será o mesmo), porque uma palavra aqui de solidariedade para um amigo e um grande técnico e um grande profissional que está a lutar pela vida de uma forma muito intensa. E daqui desta Assembleia Municipal, queria se for possível, mandar-lhe os votos de melhoras — e temos ali o nosso Presidente da Assembleia Municipal que sei que não deixará de o apoiar em tudo aquilo que for possível na difícil situação que vive. Disse.”

Presidente da Mesa:[040](#)

“Subscrevo essas mesmas palavras de solidariedade em relação ao nosso ROC de referência, o Dr. Domingos Cravo, e pela difícil circunstância de saúde que de facto está a atravessar.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Não são notas muito longas, apenas para dizer que podemos estar aqui a debater algumas questões sobre números. Mas números são números e sobre o impacto do Plano de Saneamento Financeiro nas contas do município teremos que aguardar mais um tempo para efetivamente ver se há a inversão e a tendência crescente da dívida. Não vale a pena entrarmos aqui em jogos de palavras. Temos de aguardar mais um tempo para verificar se efetivamente a situação está invertida.

Eu não vi algumas das minhas questões respondidas, é normal. Mas as questões que eu coloquei são do foro executivo e eu estava à espera de respostas, de quem assume funções executivas. Porque há determinados entendimentos, há determinadas ações, que só quem está no papel de executivo é que percebe — e essas são aquelas que efetivamente me preocupam. Porque eu não vejo algumas questões que eu diria e que há bocado apelidei de oportunidades perdidas numa determinada conjuntura que não é tanto gravosa como é a presente. Portanto eu não vejo, eu não vi e não vejo sinais que essas questões possam ser implementadas a breve prazo. E relativamente à questão de alterar o Plano Senhor Vereador: os Planos são feitos para serem alterados! São feitos para serem alterados! Assim que for possível e assim que for o entendimento e assim que for oportuno. E não estamos obviamente a falar de alterar o Plano de cinco em cinco dias nem de seis em seis meses. É que este Plano tem medidas incluídas na sua versão original que à data eram inexecutáveis e as mesmas não foram sequer alteradas!? Portanto das duas uma: ou de facto alteramos esse status e implementamos algumas medidas do foro executivo ou eu tenho muitas dúvidas que a situação se venha a inverter face àquilo que são os valores apresentados entre 2006 e 2010.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Resultou claro desta apreciação do Relatório que a coisa que mais me pareceu foi que há já um grande desconforto quer do executivo, quer da posição, na discussão deste assunto.

Já não é a bandeira política, isto resulta clarinho como água, que mantiveram e o discurso que mantiveram durante todos estes anos dos seus mandatos! Porque claramente, percebem hoje, embora já se apercebessem há bastante mais tempo, que estão a falhar redondamente com o único compromisso que tinham para com os aveirenses nas duas vezes que se apresentaram eleições. Isso parece-me absolutamente claro. E devo dizer o seguinte, por mais que se inventem os termos (atenção, não estou a dizer que se falseiem os dados) e as apreciações, e as perspetivas, como aquela perspetiva do Prof. Manuel António Coimbra que dá para ver a ponte feita de acrílico. Mas por mais que se inventem perspetivas, há dados que me parecem absolutamente claros. É evidente que eu não sou propriamente um especialista na matéria, mas ainda assim sou minimamente inteligente para conseguir ler alguns números.

E no anuário que foi feito pelos Técnicos Oficiais de Contas, que acredito que não tenha asneiras, porque eles lá saberão do ofício, eles têm um graficozinho em que aparecem as Câmaras com maior passivo exigível. E aí aparece Lisboa, aparece Gaia (duas Câmaras de grande dimensão) e em terceiro lugar aparece Aveiro.

Poder-se-á depois aqui discutir do ponto de vista político o porquê de Aveiro aparecer em terceiro? Quem é que trouxe a dívida? Quem é que fez isto, quem é que fez aquilo?

Mas há um dado que depois se consegue ver nestas Câmaras que é as que mais reduziram o passivo. E aparece a Câmara de Lisboa, a mesma Câmara de Gaia, que faz todo o sentido, que quem tem o maior passivo, estejam a fazer um maior esforço ou até que reduza do ponto de vista absoluto mais dívida porque tem mais dívida para reduzir. Aveiro curiosamente não aparece neste ranking!? Não aparece neste ranking da redução. Pelo contrário, aparece num outro ranking, das Câmaras que mais aumentaram o passivo exigível. Aparece em 17.º Ou seja: o que faria sentido, eu não estou a discutir o passivo da autarquia porque essa discussão

nós já a fizemos e os aveirenses até já fizeram em 2005 e em 2009. Eu não estou a discutir o passivo da autarquia. Eu estou a discutir a capacidade de redução do passivo da autarquia. E nesses gráficos, nesses números, esta coligação PSD/CDS/PP e o Senhor Presidente Élio Maia, falhou redondamente.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴³

“A mim também me parece claro que cada vez mais estamos no domínio da mera luta política quando ouvimos estes comentários da oposição.

Também me parece clarinho como a água. Porque na essência, na discussão do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, aí portanto nada de novo na frente oriental.

No entanto uma última palavra para nos associarmos às palavras do Senhor Deputado Raúl Martins relativamente ao nosso querido amigo Dr. Domingos Cravo, também da parte do PSD, um grande abraço de solidariedade com os votos de rápidas melhoras.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁴⁴

“Só duas pequenas notas. Eu há bocado não respondi à questão do cenário para 2012, uma vez que já estamos a começar a fazer o pagamento dos encargos do Saneamento. Posso-lhe dizer é que está tudo enquadrado. Temos capacidade para fazer os pagamentos perfeitamente.

Preocupa-nos é apenas e só a questão da nova Lei que é extremamente complexa em termos daquilo que é o apuramento dos fundos disponíveis. Porque se não teríamos a Câmara a funcionar como tem funcionado nos últimos tempos, corretamente, com as suas dificuldades, mas corretamente.

Uma outra nota. O Deputado Pires da Rosa voltou a falar da questão do anuário de 2010. Nós estamos em 2012. O ano de 2010, essas contas nós já afirmámos que tentámos colocar tudo para que de facto fosse o mais real possível. Obviamente que deu naquilo que deu e deu aquelas contas. Também tenho a certeza que não estão à espera que a Câmara de Aveiro desapareça dos primeiros lugares.

Concordo consigo: deve aparecer agora naqueles que mais dívida irão reduzir. E tenho a certeza que o anuário de 2011 quando for lançado daqui a um ano, daqui a um ano, eu tenho a certeza que o PS já não vai falar tanto dele e se calhar vai falar o PSD, porque estamos próximos das eleições e vamos estar próximos das eleições, e eu quero ver como é que vai ser discutido.

Dar-vos uma nota. Como é óbvio temos (eu por acaso arrumei o computador) medidas pensadas já para fazer a alteração do Plano de Saneamento. Nós tivemos aqui agora duas horas e meia, para ao invés de tantas sobre o documento em que é tudo mau etc., etc., como o Dr. Marques Pereira disse as “medidas inimagináveis” etc. — façam-nos algumas propostas para nós incluirmos que achem que são interessantes. Ao fim de seis anos e meio acho que já tiveram tempo para pensarem em mais medidas para além da única coisa que foi proposta até agora, que foi a redução de pessoal.

Nota final. Daquilo que eu acho que poderemos apresentar no final de 2012. Espero que no final de 2012 o passivo exigível, vulgo as dívidas, sejam muito próximas dos cento e trinta milhões. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Só uma nota final também a complementa os esclarecimentos fornecidos e muito bem pelo Dr. Pedro Ferreira. Dar assim nota do seguinte: até parece fácil nós recuperarmos de uma situação financeira com a dimensão que encontrámos. E recordar aqui, já que falamos em passivo, que nesse Relatório da Inspeção-geral de Finanças, entidade então insuspeita, concluía que o grupo municipal na altura tinha um passivo de 280 milhões. Sendo que 200

milhões estavam lançados em Contabilidade, já estavam reconhecidos já nessa altura, mas 50 milhões, cerca de 50 milhões estavam aprovados mas não estavam lançados e mais 30 milhões era assim umas coisas que não sabia muito bem que nem a própria Inspeção-geral de Finanças percebeu o que é que ali estava em causa. E remeto-vos para a leitura do documento. Estimam, não sabem muito bem o que era, apontam para um valor que seria cerca de 30 milhões, significa que havia 80 milhões na altura de dívida do grupo municipal que não estavam lançados em Contabilidade.

Isto veio originar duas situações incontornáveis. A primeira é que vão ter que ser lançados esses 80 milhões (quer se goste quer não se goste, quer se concorde quer se não concorde), há 80 milhões que vai crescer àquilo que é a situação das Contas apresentadas pelo grupo municipal, mas tem outro problema gravíssimo, que são os juros.

Uma dívida é grave, pela dívida em si. Mas mais grave pelos juros que está a gerar e que está a criar e que está a aumentar sistematicamente a dívida.

E temos a certeza que neste momento há pelo menos, como disse o Dr. Pedro Ferreira e muito bem, transparência, rigor, e verdade, nas Contas do município — está tudo lançado.

Agora não é fácil, como imaginam, é estar constantemente a lançar dívidas e dívidas e estar a criar passivo.

Dar também a resposta (já aqui foi dada pelo Dr. Pedro Ferreira), mas reafirmar isto. Nós neste momento temos uma dívida a curto prazo de cerca de 48 milhões.

Desses 48 milhões da dívida a curto prazo, estão 9 milhões para amortização da dívida bancária, 15 milhões para a REFER, 5 milhões de adiantamentos de vendas — isto dá aqui cerca 30 milhões só nestas três rubricas. O que significa que de facto temos 18 milhões de dívidas a curto prazo.

Agora, se formos responder àquela questão que há pouco foi levantada ali pelo Dr. Olinto Ravara, que não chegou a ser respondida pela pessoa, o Tribunal de Contas no Relatório que enviou afirma lá que naquele período, só naquele período de três anos, houve 45 milhões faturas lançadas, que estavam na gaveta, que estavam ocultos. Eu penso que é claro, estes números que temos agora aqui.

Depois, quanto ao Tribunal de Contas dar a seguinte nota. Quanto à nossa capacidade e ao mérito e ao valor que já temos para conseguir ludibriar trinta Juízes Conselheiros — pronto estamos a melhorar e temos uma capacidade enorme.

Dar ainda nota do seguinte: houve duas votações aqui do Plano na Assembleia e houve duas análises para decisão do Tribunal de Contas. Na primeira, recordo-vos que o PS votou a favor do Plano e o Tribunal de Contas decidiu contra, não aprovou o Plano.

Na segunda o PS votou contra o Plano e o Tribunal de Contas aprovou o Plano!

A única conclusão que se pode tirar é que os detentores da verdade é o Partido Socialista porque nem o Tribunal de Contas, mesmo tendo a informação do PS que foi junto ao processo todo, conseguiu aperceber-se do que lá estávamos a fazer para os enganar!

A conclusão é que das partes todas envolvidas, só há uma competente que é o Partido Socialista e há o incompetente que será o Tribunal de Contas. Que pior do que incompetente deixa-se enganar, deixa-se ludibriar!

Quanto às duas perguntas que foram feitas aqui, quanto tempo é que uma pessoa minimamente competente precisa para saber quanto é que se deve? A resposta é: 5 segundos.

Uma pessoa minimamente competente em 5 segundos, desde que as coisas estejam escritas e estejam à frente, é só abrir o livro e diz: – tanto. Acredito que quando deixarmos o município, quem vier a seguir a nós vai ser suficientemente competente para em 5 segundos poder responder a essa pergunta.

A segunda pergunta que foi feita “acha que são precisos 7 anos para se saber quanto é que se deve”? Infelizmente são. Infelizmente são.

E dar-vos nota que, ainda há um mês ou um mês e pouco, recebemos mais uma situação que não conhecíamos. Que desconhecíamos e que estamos agora a averiguar de alguém que

aparece na Câmara a pretender ser ressarcida de compromissos assumidos pela Câmara há não sei quantos anos e que pretende ser ressarcida. Portanto, infelizmente, eu não sei quando nós nas informações dizemos que temos 99% da informação, já estamos a salvaguardar sempre, porque vimos tanta coisa, fomos tantas vezes escaldados durante isto, que o melhor é ter alguma cautela, alguma prudência, para estas surpresas.

O problema é, como sabem, o município assumia compromissos sem quantificação. Sem dar o valor. Sem cabimentação. Eram contratos genéricos. Construía-se uma sede, não se dizia por quanto. Construía-se campos de futebol, não se dizia por quanto. Assumiam-se compromissos encima de compromissos sem nenhum valor definido. Assim, naturalmente quem vier a seguir, por muito competente que seja, será sempre incompetente, porque não estão os valores definidos e não sabe quanto é que se deve.

Agora o que eu vos garanto é que, quem vier a seguir a nós, em 5 segundos, vai saber a situação do município. Vai ser competente. Quem vier a seguir a nós vai ser competente. E não vai acontecer como aconteceu a nós.

Por último agradecer ao Dr. Pedro Ferreira, a toda a equipa do DEF, a toda a equipa da Contabilidade, aos técnicos, o esforço todo que fizeram para que à data de hoje possamos dizer “estamos a cumprir com o envio dos Relatórios”.

Só me importam os factos. Só me importa aquilo que se faz e não aquilo que se diz. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente. Lamentavelmente teremos que utilizar este expediente para repor aqui uma verdade que o Senhor Presidente conhece e que devia seriamente tratar na posição do Partido Socialista, em relação às votações que referiu, em relação ao Plano de Saneamento Financeiro.

E a verdade é esta — que o Senhor conhece! E que no argumentário que aqui produziu devia ter dito tudo. Porque é um assunto de tal forma ponderoso que teria merecido da parte de Vossa Excelência todo o rigor na análise das posições dos diversos Partidos em relação à questão do Plano de Saneamento Financeiro.

A primeira votação, em relação a esta matéria, em que o PS votou a favor quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, foi por se entender à época que a Câmara Municipal de Aveiro se deveria socorrer do expediente dado pela Lei das Finanças Locais, que era elaborar um Plano de Saneamento Financeiro.

Entendemos, e continuamos a entender, que naquele contexto, fazia todo o sentido a Câmara socorrer-se do expediente dado e dessa possibilidade dada pela Lei das Finanças Locais.

A segunda votação a que vossa excelência alude, procurando enfatizar uma incoerência que Vossa Excelência sabe que não existe, porque ela foi abundantemente explicada por diversas vezes ao longo destes anos, é que as medidas constantes do Plano de Saneamento Financeiro, do nosso ponto de vista à época, como agora, entendíamos serem irreais e que não fariam face aos problemas financeiros e económicos que a Câmara tinha e tem, em mãos. Independentemente da atitude política e da luta política em relação a esta matéria, Vossa Excelência não pode desconhecer, nem deve, do nosso ponto de vista esta realidade, a bem da verdade e da discussão salutar que este Ponto e esta questão fundamental para a vida do município devem carecer.

E portanto eu peço que da próxima vez, e haverá seguramente mais vezes em que estes assuntos serão discutidos, Vossa Excelência não insista em procurar sublinhar essa incoerência do PS, porque essa não é uma análise séria. E nós procuramos tratar todas as questões de uma forma séria em especial esta, independentemente do normal jogo político e democrático. Disse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“É evidente que qualquer voto tem sempre um fundamento e uma razão. Eu aqui nem questioneei nem o fundamento nem a razão. E quanto à incoerência — naturalmente, cada um faz a sua análise. O que é incoerente é, entre um voto ‘sim’ e uma decisão ‘não’ do Tribunal de Contas. E depois um voto não e um parecer sim. Há aqui... não sei se será incoerência, há pelo menos alguma diferença, que eu procurei aqui sublinhar sem pôr em causa as razões, os argumentos. Certamente quando votaram, votaram conscientes do que estavam a fazer.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação do 6.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município.

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁴⁸ a Sessão Ordinária de fevereiro de 2012.

Eram 23:30 horas do dia 14 de março.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)